

O ESTADO NACIONAL NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XIX

*Elisabeth Weber Medeiros**

O Estado Nacional latino-americano, aqui restrito aos países pertencentes à América hispânica, tem suscitado uma série de questionamentos quanto ao período relativo a sua formação e consolidação. Uma das questões é a chamada “fase da anarquia”, ou seja, o difícil momento, compreendido entre 1810 e 1870, que os estados latino-americanos enfrentaram para instituir-se como repúblicas.

Para entender esta “longa espera”, como afirma Halperen Donghi, enquanto se aguardava o surgimento de uma nova ordem e esta tardava a nascer, há necessidade de se resgatar aspectos que fundamentam o novo tempo, que se inicia após a primeira década do século XIX.

*Professora do Curso de História do Centro Universitário Franciscano.

A emancipação das colônias espanholas, pode-se afirmar, não foi obra da massa popular e sim dos grandes proprietários de terras, donos de minas e grandes comerciantes. Da emancipação também não resultou a melhoria da situação das classes marginais, tanto rurais como urbanas. O setor rural estava agora submetido a pressões muito maiores, devido à concentração de terras, às leis liberais e ao ataque a toda e qualquer forma de vadiagem. No setor urbano, alguns serviços cresceram com o comércio internacional, porém a indústria local não teve a mesma sorte ou não foi capaz de desenvolver-se com pressões das manufaturas importadas, sendo exceção, neste aspecto, o México, que apresentava uma classe de artesãos bastante significativa na estrutura social.

Além da heterogeneidade dos países com relação à composição étnica, eles eram diferentes também geograficamente, diferenças que se refletiam na economia e na política de cada país. A herança colonial desses países também apresentava características peculiares a cada um. Apesar de todos terem sido colonizados pela Coroa Espanhola, sofrendo a influência da língua e das instituições da Espanha, o sistema político e as instituições republicanas surgidas das emancipações não foram iguais para todos. A maioria sofreu a influência de estruturas diferenciadas: em alguns vai existir uma forte influência da Igreja, em outros a política dos chefes militares vai ocupar um lugar privilegiado no contexto nacional.

Considerando estas análises, podemos afirmar que a formação do Estado Nacional na América Latina é resultado de um complexo processo histórico, diverso do que ocorreu com os países europeus. No Velho Mundo buscou-se construir uma identidade sustentada pela língua, religião, costumes ou passado histórico, fundamental para que a burguesia pudesse dar forma ao Estado Nacional europeu. A unidade econômica baseada nas relações de produção capitalistas e no desenvolvimento do mercado interno, fornecia a esta mesma burguesia a hegemonia política. No Novo Mundo o processo foi diferente, a ausência de uma burguesia forte permitiu a manutenção de relações pré-capitalistas, com base no latifúndio e ênfase no mercado externo, com um modelo “voltado para fora”. A América Hispânica continuou sendo o complemento europeu, agora ligado ao domínio comercial inglês.

No processo de formação e consolidação do Estado Nacional na América Latina, caberia às oligarquias exportadoras a principal tarefa na organização do mesmo. Organização e consolidação que vão ocorrer no decurso do século XIX, longo e complicado período em que a instabilidade política e econômica farão parte do cotidiano dos novos países. Este período de instabilidade é denominado por alguns historiadores como o *período da*

anarquia, caracterizado por lutas entre facções da classe dominante na busca para consolidação de seu modelo de Estado. Pode-se afirmar que foi difícil estabelecer os novos Estados e a autoridade necessária para organizá-los. Foram criados sistemas constitucionais formais, nos quais o princípio democrático era desacreditado como forma de chegar ao poder, portanto a lei era letra morta. Os momentos de debilidade de um ou outro governo era aproveitado como momento para efetuar um golpe e desbancar a oposição. Isto explicava porque os que estavam na oposição acreditavam, no que geralmente estavam certos, que jamais chegariam ao poder do Estado pela via constitucional, uma vez que os que estavam no poder controlavam as eleições. Os governos também não possuíam capacidade de resistir às rebeliões provinciais, considerando que a situação econômica não permitia a manutenção de forças militares ou obter o apoio suficiente para barganhar aliança com os rebeldes. Essas questões eram agravadas pela crise e instabilidade econômica nos anos posteriores à independência, assim como também pela desunião das próprias elites políticas.

Outros fatos podem ser acrescentados, como as mudanças ocorridas com a instalação das repúblicas, com sistemas federais frágeis, minados pela desestruturação do sistema colonial que até então havia conseguido o controle social. Segundo Safford,

(...) a desorganização e a desintegração das estruturas coloniais não só foram consequência das guerras da independência e dos conflitos sociais posteriores, senão também da ideologia liberal dominante. Apesar dos desentendimentos das elites políticas sobre alguns aspectos, pode-se afirmar que aceitaram de forma geral muitas idéias da concepção liberal individualista da sociedade e da economia, e, em menor grau, dos ideais liberais de igualdade jurídica.¹

O pensamento da elite política era de que o êxito de países como Grã-Bretanha e Estados Unidos residia, principalmente, na sua adesão aos princípios liberais, e o atraso hispano-americano ao legado espanhol, ou seja, ao tipo de instituição e processo político aqui implantado pelo governo metropolitano espanhol. Desta forma, após os primeiros anos da independência, os políticos passaram a debilitar as estruturas coloniais, onde as divisões de castas eram as mais incoerentes com os princípios liberais. As

¹ SAFFORD, Frank. Política, Ideologia y Sociedad. In: BETHELL, Leslie (ed.). *História da América Latina*. v. 6. Barcelona: Crítica, 1990. p. 45.

diferenças entre as castas então foram abolidas, mesmo que fosse apenas formalmente, assim como também a escravidão. Foi proposta também a divisão das terras comunais dos índios em parcelas individuais, uma vez que a sua existência era incompatível com a concepção liberal individualista da sociedade, assim como também com os princípios econômicos liberais relativos à propriedade individual, acreditando-se que somente esta e o livre jogo dos fatores econômicos – como a terra e o trabalho dos indígenas – no mercado podiam avançar rumo a uma maior produtividade.

A apropriação das terras indígenas contribuiu para sua concentração nas mãos dos grandes proprietários crioulos, que a utilizaram, juntamente com a mão-de-obra agora disponível em função desse processo, para a produção voltada para o mercado de exportação. Tal processo culmina, por volta 1850, quando as economias dos países hispano-americanos se integraram de forma mais profunda à economia internacional.

Neste período, os grupos dominantes da fase colonial – como comerciantes, mineradores e associações de artesãos – desapareceram, considerando o processo de interação entre a ideologia liberal e a realidade econômica. Os comerciantes e os mineradores foram afetados pela crise do período pós-emancipatório, provocada não só pela decadência do Império Espanhol, mas também pela fuga de capitais que eram espanhóis, substituídos, naquele momento, pelo capital e empresariado inglês e, em menor grau, de outros países estrangeiros. O artesanato foi fragilizado em virtude das pressões das manufaturas importadas, que passaram a transitar nos novos países.

Wasserman observa:

Três problemas atingiam a economia latino-americana desse período imediatamente posterior às independências e esses aspectos tiveram importância variada dependendo do tipo de produto: escassez de capitais necessários à implementação do volume a ser exportado, a disponibilidade de mercados externos (problemas de demanda) e a queda do preço no mercado mundial.²

No período posterior às independências, as duas maiores instituições da época colonial – a Igreja e o exército – continuaram exercendo sua influência nos Estados Nacionais, porém não de forma dominante, uma vez

² WASSERMAN, Claudia (Coord.). *História da América Latina: Cinco Séculos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. p. 184.

anarquia, caracterizado por lutas entre facções da classe dominante na busca para consolidação de seu modelo de Estado. Pode-se afirmar que foi difícil estabelecer os novos Estados e a autoridade necessária para organizá-los. Foram criados sistemas constitucionais formais, nos quais o princípio democrático era desacreditado como forma de chegar ao poder, portanto a lei era letra morta. Os momentos de debilidade de um ou outro governo era aproveitado como momento para efetuar um golpe e desbancar a oposição. Isto explicava porque os que estavam na oposição acreditavam, no que geralmente estavam certos, que jamais chegariam ao poder do Estado pela via constitucional, uma vez que os que estavam no poder controlavam as eleições. Os governos também não possuíam capacidade de resistir às rebeliões provinciais, considerando que a situação econômica não permitia a manutenção de forças militares ou obter o apoio suficiente para barganhar aliança com os rebeldes. Essas questões eram agravadas pela crise e instabilidade econômica nos anos posteriores à independência, assim como também pela desunião das próprias elites políticas.

Outros fatos podem ser acrescentados, como as mudanças ocorridas com a instalação das repúblicas, com sistemas federais frágeis, minados pela desestruturação do sistema colonial que até então havia conseguido o controle social. Segundo Safford,

(...) a desorganização e a desintegração das estruturas coloniais não só foram conseqüência das guerras da independência e dos conflitos sociais posteriores, senão também da ideologia liberal dominante. Apesar dos desentendimentos das elites políticas sobre alguns aspectos, pode-se afirmar que aceitaram de forma geral muitas idéias da concepção liberal individualista da sociedade e da economia, e, em menor grau, dos ideais liberais de igualdade jurídica.¹

O pensamento da elite política era de que o êxito de países como Grã-Bretanha e Estados Unidos residia, principalmente, na sua adesão aos princípios liberais, e o atraso hispano-americano ao legado espanhol, ou seja, ao tipo de instituição e processo político aqui implantado pelo governo metropolitano espanhol. Desta forma, após os primeiros anos da independência, os políticos passaram a debilitar as estruturas coloniais, onde as divisões de castas eram as mais incoerentes com os princípios liberais. As

¹ SAFFORD, Frank. Política, Ideología y Sociedad. In: BETHELL, Leslie (ed.). *História da América Latina*. v. 6. Barcelona: Crítica, 1990. p. 45.

De forma geral as mudanças neste período foram mais formais do que reais. Os novos países não cumpriram com os ideais constitucionais previstos, a elite mantinha relações de dominação sobre a maioria da população, relações estas sustentadas nas grandes diferenças sociais e econômicas. Com referência ao projeto educacional sonhado, que buscava o acesso de todos à educação, resultou apenas em um sonho ideal, com esparsos resultados.

Outro aspecto de suma importância no período foi a vinculação e a dependência econômica dos novos Estados aos países europeus industrializados. No período de 1820 a 1840, fase conservadora, emergiram graves desequilíbrios econômicos resultantes principalmente dos intercâmbios e da dívida externa, colaborando para a instabilidade da época. O aumento da economia de exportação somente vai ocorrer a partir de meados de 1840. Os efeitos políticos do aumento da vinculação externa no período vai ser diferente de um país para outro. O Chile foi um país precoce no alcance da prosperidade, já em 1830 apresentava um Estado Nacional unido e estável. Nos demais países a economia foi debilitada pelo impacto das forças econômicas estrangeiras. Em muitos países da América hispânica, o comércio foi mais intenso com o exterior do que com outras províncias, debilitando os laços políticos.

O maior desafio, porém, das novas repúblicas, foi a construção de um Estado forte, alicerçado em uma autoridade efetiva e duradoura. Os novos Estados que surgem refletem a nítida influência dos modelos políticos francês e inglês e, principalmente, do modelo dos Estados Unidos. Da França as idéias iluministas influenciaram a estrutura das instituições políticas e o funcionamento do processo político. É neste particular que reside um dos grandes problemas do período: *como conciliar o modelo espanhol enraizado na América hispânica, com os modelos políticos inglês, francês e estadunidense?* O primeiro problema, e talvez o mais difícil, foi o de instaurar a autoridade legítima. E ao se decidir sobre qual o modelo que prevaleceria: o espanhol ou o liberal-constitucional? Neste contexto também outras questões eram apontadas: Como controlar a igreja e o exército? Os novos Estados teriam a capacidade de exercer uma autoridade efetiva sobre esses dois setores?

Nos primeiros anos nenhuma das questões foi resolvida. De forma geral, os novos Estados só conseguiram controlar a Igreja em parte, considerando que receberam apoio do baixo clero, uma vez que o alto clero se posicionou, em inúmeros momentos, contra as novas repúblicas. O que se percebe é que tudo o que se refere aos novos governos estava ligado às idéias do racionalismo ilustrado e a maioria dos Estados adota o modelo

republicano estadunidense e da Revolução Francesa. Os novos governos, com algumas exceções, procuraram logo escrever suas constituições baseadas na idéia do contrato social – governo representativo. Estas primeiras constituições reconheceram a existência dos direitos naturais inalienáveis como a liberdade, igualdade perante a lei, segurança e propriedade, sendo que algumas estabeleceram liberdade de imprensa. A maioria quis proteger estes direitos e criaram um legislativo mais forte que o executivo. As primeiras constituições, porém, fracassaram, devido à divisão dos próprios grupos dominantes e conflitos regionais, resultando em grande parte em ditaduras. Uma das explicações desses primeiros insucessos foi a permanência da tradição política espanhola e das relações coloniais na realidade existente na América espanhola. As instituições liberais, baseadas nas idéias da Ilustração ainda eram instituições estranhas ao contexto hispano-americano, portanto o modelo liberal adotado formalmente, na prática, era inviável diante da realidade configurada.

No período após as guerras de independência surge a tendência de criar governos com executivos fortes, com controle centralizado e com o duplo objetivo de defesa contra as investidas da Coroa Espanhola e para obter credibilidade frente às potências européias, principalmente para conseguir empréstimos e reconhecimento diplomático.

Esta fase, de contínuas desordens políticas e crise econômica, faz surgir uma atmosfera pessimista com relação às perspectivas dos novos países. Era o temor da anarquia, e a busca da ordem foi a grande preocupação. Alguns pensavam que a estabilidade seria alcançada com a adoção de formas constitucionais européias. Outros, entre eles os militares e os pertencentes à camada menos culta, defendiam o uso da força e do terror para conseguir a ordem.

Houve também os que defenderam a monarquia constitucional como forma de obter o reconhecimento europeu, defender-se de ataques externos e conseguir a estabilidade. A monarquia constitucional nunca teve êxito na realidade hispano-americana, enfrentando uma série de limites, pois não encontrava um candidato, ligado ao governo espanhol, que fosse aceito pela maioria, e ainda pela França e Inglaterra. A idéia de indicar um descendente inca também não foi viável, considerando o menosprezo da elite dominante com relação aos indígenas. Um monarca crioulo era outra solução complicada e inviável. A questão principal resumia-se no fato de que a monarquia era algo pertencente ao passado, perdendo o seu atrativo após as revoluções norte-americana e francesa. O republicanismo apresentava perspectivas de futuro, o que justificou num primeiro momento o rompimento com a Espanha e, posteriormente, como forma de consolidar o poder central.

No que se refere ao contexto político pós-emancipacionista, dois modelos surgiram, um de caráter centralista e outro federalista. O modelo federalista era defendido devido aos antagonismos regionais e à desconfiança entre províncias e capital, sendo também apontado como um obstáculo às diferentes formas de tirania que poderiam surgir em um contexto instável como o hispano-americano. Por sua vez, os centralistas afirmavam que o sistema federalista era demasiado perfeito para a Hispano-América, por isso impraticável. Argumentavam que o domínio espanhol ao manter a maioria da população na ignorância, sem experiência política, não a preparou para adotar um tipo de governo democrático e republicano tão extremo. Os centralistas apontavam ainda o perigo de cair na anarquia, e que o centralismo era a forma de manter a ordem.⁴

São apontados muitos exemplos da desconfiança dos centralistas na capacidade política da população, entre os quais o voto censitário é um dos mais citados, possibilitando apenas à elite proprietária o direito de participar da vida política nos diferentes Estados Nacionais.

A partir de 1820, e com mais intensidade entre 1830 e 1840, surge o modelo constitucional napoleônico-bolivariano, defendido por Bolívar e inspirado no governo de Napoleão. Este modelo teve vida curta, pois fracassou uma vez que apresentava semelhanças com a monarquia, possibilitando a instalação da tirania pela não alternância do poder.

Apesar das regras constitucionais estabelecidas, elas não foram observadas na prática. A freqüente violação dos princípios constitucionais nos recém formados Estados Nacionais, durante o século XIX, é interpretada de várias formas. Uma das análises afirma que o constitucionalismo tinha que ser letra morta porque não estabelecia nenhum tipo de relação com as tradições políticas espanholas. Um dos maiores problemas é que não se conseguiu incorporar a autoridade nas instituições formais previstas em muitas constituições dos países hispano-americanos. A autoridade esteve em mãos de líderes fortes, que muitas vezes ficavam acima das leis e das constituições. Estes atores, de forma geral, eram considerados caudilhos, isto é, homens cuja força pessoal lhes permitia obter a lealdade de um determinado número de seguidores que, organizados, enfrentavam a autoridade constituída, para defesa de seus interesses, através da violência. Estes líderes militares que haviam adquirido renome nas lutas pela emancipação, surgiram na América hispânica entre 1810 e 1870. Até meados da primeira metade do século XIX, os homens considerados caudilhos eram, em sua maioria, elementos que, antes de iniciar sua projeção política, haviam

⁴ SAFFORD, Frank. *Op. cit.*

tido algum êxito militar. Depois dos anos 40, quando os antigos líderes da independência foram desaparecendo, a função de líder militar foi assumido por homens que iniciaram sua trajetória política como civis e gradativamente passam a exercer este papel em decorrência da instabilidade e violência política daquela fase.

Entre o caudilho e seus seguidores existiam laços de lealdade pessoal. Por que as pessoas seguiam os caudilhos? Os estudos sobre o fenômeno destacam a própria personalidade do caudilho, que exercia uma atração sobre seus seguidores, impondo sua vontade e liderança. Havia também a forte intimidação que exercia o seu poder. Ainda que pertencesse à classe dos grandes proprietários, cultivava um espírito popular, buscando identificar-se com a massa. Existem trabalhos que apontam algumas controvérsias sobre os caudilhos, colocando-os como aquele que gratifica aos seus seguidores, enquanto outros o apontam como um cliente de ricos patrões que o faziam instrumento de seus desejos políticos e econômicos. Muitos também o colocam como pertencente a uma rede sustentada por líderes regionais. Alguns poderosos caudilhos buscaram no exército nacional ou nas oligarquias regionais o apoio necessário. Pelo fato de seu regime não ter legitimidade constitucional e de com frequência ter que enfrentar outros caudilhos, se via obrigado a governar com violência, sem nenhuma consideração pelos princípios constitucionais. Para o caudilho a questão fundamental era a lealdade pessoal. Como pouco importava para ele a ideologia, não via inconveniente em apoiar causas distintas e contraditórias, apenas distinguia amigos de inimigos. O que se percebe é que a liderança caudilhesca se expressou em revoltas contra os governos constituídos, porém em alguns casos também usou a autoridade para apoiar as estruturas de poder das emergentes repúblicas hispano-americanas.

Em muitos países da América hispânica, este período se constituiu em uma série interminável de guerras civis e golpes de Estado para decidir quem governaria. A origem dos caudilhos ainda é discutida, questionando-se se ele seria realmente uma consequência da militarização nas guerras da independência. Esta posição também é controversa, uma vez que em regiões onde os conflitos não foram intensos ele apareceu. O fato indica que outras causas devem existir para explicar sua permanência durante tantas décadas.

À exceção dos crioulos, poucos se beneficiaram com as conquistas políticas pós-independência. Não lhes agradava repartir o poder com os mestiços e os segmentos sociais inferiores. O próprio Bolívar manifestava sua preocupação pela “pardocracia”, sendo os mulatos discriminados nos altos cargos.

No período pós-emancipação, caracterizado pelo esforço dos civis em neutralizar o poder dos militares, existiu grande hostilidade entre esses grupos. O fato de tentar neutralizar este poder não implicou a expulsão dos mesmos da política. Os civis pensavam que só um general de prestígio poderia provocar o temor suficiente e necessário para combater revoltas ou movimentos que se opunham à autoridade nacional. Neste período, rico em conflitos políticos, a questão central residia na busca da decisão sobre quem controlaria as novas repúblicas e seus recursos.

Um dos aspectos apontados pelos estudos é a pouca confiança que as elites tinham em seus próprios países. O grupo dominante, grande parte descendente de espanhóis, discriminava os índios, os negros e os mulatos pertencentes à classe baixa, preferindo parcerias com a burguesia europeia, na qual diziam encontrar o verdadeiro modelo civilizatório. Na verdade, consideravam a maioria da população atrasada e ignorante, e com a qual seria impossível formar uma nação. É neste contexto que surge o estímulo à imigração, com o objetivo de europeizar a sociedade, aproveitando seus conhecimentos e capitais. Outro ponto frágil, além da falta de confiança na população, foi a instabilidade da época, que minava a confiança em si mesma, e isto, muitas vezes, causava inclusive a emigração.

Nesta análise podemos buscar as afirmações de Agustín Cueva: “(...) não é porque se abusaram das nações latino-americanas que elas se tornaram frágeis, é porque eram frágeis é que se abusaram delas.”⁵ Tal fragilidade aumentava com a pressão dos países estrangeiros. As potências estrangeiras, ao mesmo tempo que intimidavam, também seduziam as elites. Os grupos dominantes, seguidamente punham em risco a própria soberania nacional para receber ajuda estrangeira. O exemplo mexicano aponta que, às vezes, a insegurança era tal que queriam deixar de ser um país independente e voltar à total dependência de governos estrangeiros. Esta falta de sentimento de nacionalidade caracterizava grande parte das sociedades latino-americanas como Estados sem nações, em busca de um fator aglutinador que lhes possibilitasse a construção de uma identidade.

Para a instabilidade política da América hispânica entre 1810 e 1870, têm surgido inúmeras explicações. Um apontam a herança cultural, isto é, os modelos culturais e institucionais fortemente enraizados, sendo que outras enfatizam as questões sociais e econômicas.

Os que apontam a herança cultural atribuem a instabilidade ao individualismo anárquico, intolerante e exclusivista que invadia a cultura

⁵ CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.

espanhola, referindo-se também ao peso da autoridade monárquica que na era republicana conduzia à ditadura presidencial, o que, por sua vez, provocava a rebelião. O que se percebe é que o constitucionalismo liberal entrava em conflito com a tradição espanhola que exigia uma sociedade unificada e não pluralista. As contradições eram tantas que a política dos novos países, quando deveria buscar a estabilidade nos princípios constitucionais proclamados, avançou para a ditadura e depois para a anarquia.

Richard Morse⁶ analisa a instabilidade da América Latina a partir do autoritarismo e do anarquismo, inerentes a herança espanhola. Acredita também que, com a independência, o conflito entre a corrente liberal-constitucional e a tradição espanhola foi acentuado. Justifica sua afirmativa no estado patrimonial espanhol, com instituições débeis e grupos dominantes totalmente dependentes do Estado, corporizado na figura do rei, árbitro definitivo de todas as questões. Este governa de forma personalista, arbitrária, não importando a lei.

Segundo esta linha explicativa, com a derrubada do poder real, desatou-se a força latente das oligarquias, numa luta pelo poder e prestígio nos países recém-formados. Não existindo grupos de interesses desenvolvidos e atuantes que participassem do processo constitucional, as novas repúblicas passaram alternadamente por regimes de anarquia e ditaduras. Segundo esta vertente, os líderes políticos hispano-americanos do século XIX buscaram o modelo espanhol de estado patrimonial. A entrada das idéias liberais no período emancipatório, de certa forma atrapalhou a reconstrução da autoridade patrimonial de tradição espanhola. A estabilidade só seria conseguida com a síntese entre os dois modelos: o modelo tradicional domina e os princípios constitucionais ficam como fachada. Esta linha é porém questionada em alguns aspectos: no que se refere à possibilidade de transformação do modelo espanhol aqui instalado e à influência das idéias liberais nas normas políticas. Outro aspecto passível de questionamento é o fato de não levar em conta os fatores estruturais, geográficos, econômicos e sociais. A prosperidade econômica chilena, por exemplo, foi um fator de estabilidade e os diferentes interesses econômicos no Prata foram fatores de conflito. Por outro lado, existem algumas idéias de que as rebeliões surgiram pela falta de oportunidades econômicas; as elites, sem essas oportunidades, irão se dedicar à tarefa político-militar – portanto a estagnação econômica é uma variável a ser considerada na explicação para as constantes rebeliões.

⁶ Citado por SAFFORD, F. *Op. cit.*

Muitas análises sustentam que a falta de integração na economia mundial e a falta de uma economia nacional integrada, retardaram o surgimento de uma burguesia dominante que pudesse, aliada aos interesses estrangeiros, atuar efetivamente para garantir a ordem e a estabilidade política na América hispânica.

Halperin Donghi,⁷ em seus estudos sobre o período, afirma que a falta de uma classe forte e unida, dedicada a sustentar o Estado, juntamente com as questões relativas à debilidade econômica dos governos, foram fatores fortes e suficientes para provocar o *período da anarquia* ou a chamada *longa espera*.

O período que se seguiu a 1870 contrastou com o anterior. A consolidação e a centralização política dos Estados foi efetuada, com base em governos modernizadores, porém, na maioria das vezes, autoritários e violentos, descartando os princípios do ideário liberal. Novos ventos sopravam, era o Estado oligárquico que ganhava forma e inseria a América hispânica no capitalismo pela via conservadora, aprofundando sua situação de dependência e marginalidade no cenário mundial.

⁷ DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975; *Economía y Sociedad*. In: BETHELL, Leslie (ced.). *História da América Latina*. v. 6. Barcelona: Crítica, 1990.